



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo - Especialidade Comunicação Social
Área Mídia Impressa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.

Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A república, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. No texto, o autor

- (A) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (B) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (C) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (D) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.
- (E) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.

2. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (B) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (C) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (D) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.
- (E) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.



3. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (B) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (C) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (D) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
- (E) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) e a este perguntou o que a Pintura poderia representar, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
4. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (B) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (C) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (D) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
- (E) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
5. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (B) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (C) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaxímenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (D) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
- (E) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslize".
6. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) está correto em todos os seus aspectos.
- (B) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (C) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (D) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
7. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os munícipes, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (B) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (C) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode se interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (D) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.
- (E) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
8. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (B) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (C) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (D) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
- (E) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blogs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem

irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno!' Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."
(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!"

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considerados os textos do autor da coluna e do consulente, é correto dizer:

- (A) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consulente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (B) O consulente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (C) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (D) O consulente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.
- (E) O autor da coluna e o consulente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.

10. O autor

- (A) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (B) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (C) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (D) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".
- (E) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.

11. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.



12. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (B) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (C) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por “porque”.
 - (D) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
 - (E) As aspas em “*foros de cidade*” assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em “*no aguardo*”.
-
13. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *Trata-se de um vocábulo*: Tratam-se de vocábulos.
 - (B) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder*: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.
 - (C) *é casca-grossa por natureza*: são casca-grossas por natureza.
 - (D) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida*: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.
 - (E) *se extraiu o substantivo*: se extraíram os substantivos.
-
14. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronome em:
- (A) *Agradeço antecipadamente sua resposta // Agradeço-lhes antecipadamente.*
 - (B) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.*
 - (C) *não faltam lexicógrafos // não faltam-os.*
 - (D) *Gostaria de conhecer suas considerações // Gostaria de conhecê-las.*
 - (E) *incluindo a palavra 'aguardo' // incluindo ela.*
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
 - (B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
 - (C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
 - (D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
 - (E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...



Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition

By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER

Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation's debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government's borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington's ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party's deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times's David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

"He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want," said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner's re-election as speaker. "It's going to really demoralize the base."

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. "Tonight's vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that's a needless drag on our economy," Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

"A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker's part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party," said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. "It is time for him to go."

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. "We're happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time," he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0)

16. Segundo o texto,

- (A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
- (B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
- (C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
- (D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
- (E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

17. De acordo com o texto,

- (A) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
- (B) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
- (C) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
- (D) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.
- (E) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.

18. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by

- (A) however.
- (B) therefore.
- (C) then.
- (D) in spite of.
- (E) in addition to.

19. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a

- (A) Republican Party.
- (B) Tim Huelskamp .
- (C) Mr. Boehner.
- (D) David Leonhardt.
- (E) the president.

20. Considere a seguinte definição:

Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.

Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?

- (A) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
- (B) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
- (C) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
- (D) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.
- (E) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.



Regimento Interno

21. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é

- (A) 2/3 de seus membros.
- (B) 3/5 de seus membros.
- (C) maioria qualificada.
- (D) maioria absoluta.
- (E) maioria simples.

22. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que

- (A) aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
- (B) a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
- (C) o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
- (D) no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.
- (E) as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.

23. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao

- (A) Segundo Secretário.
- (B) Terceiro Secretário.
- (C) Primeiro Secretário.
- (D) Vice-Presidente.
- (E) Presidente.

24. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará

- (A) efetiva e irrevogável após a sua publicação.
- (B) efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 15 dias.
- (C) efetiva após sua publicação, mas revogável no período de 30 dias.
- (D) temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irrevogável a partir daí.
- (E) temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irrevogável a partir daí.

25. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de

- (A) Constituição e Justiça.
- (B) Finanças, Orçamento e Tributação.
- (C) Administração Pública.
- (D) Desenvolvimento Econômico.
- (E) Legislação.

26. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina

- (A) Aparte.
- (B) Questão de ordem.
- (C) Comunicação relevante.
- (D) Privilégio da dúvida.
- (E) Direito de participação.

27. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:

- (A) Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
- (B) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
- (C) Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (D) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (E) Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito

- (A) de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (B) de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
- (C) de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
- (D) à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (E) de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.



29. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (C) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (D) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
-
30. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
31. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (D) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
 - (E) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.



32. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (B) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.

33. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1^o de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.

Direito Administrativo

34. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (B) deputados estaduais e os juízes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (C) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (D) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (E) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
35. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
36. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (B) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (C) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (D) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
- (E) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.



37. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:

- (A) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.
- (B) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.
- (D) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (E) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

38. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:

- (A) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.
- (B) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.
- (C) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.
- (D) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.
- (E) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.

39. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

- (A) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.
- (B) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.
- (C) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.
- (E) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.

Direito Financeiro

40. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, *caput*, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.

A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução

- (A) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.
- (B) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.
- (D) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

41. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:

- (A) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.
- (B) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.
- (C) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.
- (D) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.
- (E) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.



42. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, “b”.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Dívida Ativa Tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária.
- (C) Crédito Tributário a ajuizar.
- (D) Crédito não Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito sujeito à prescrição.

43. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (B) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (C) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (D) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- (E) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.

44. O art. 159, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre “transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”.
- (B) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.
- (E) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.

**Raciocínio Lógico**

45. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- (A) $z - y$.
- (B) $x - y - z$.
- (C) $x + y - z$.
- (D) $z - x$.
- (E) $x - y$.

46. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- (A) 2.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 4.
- (E) 3.

47. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a

- (A) 245.
- (B) 239.
- (C) 244.
- (D) 238.
- (E) 249.

48. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:

- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
- 56 têm conhecimentos de informática;
- 49 têm conhecimentos contábeis.

Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a

- (A) 25.
- (B) 18.
- (C) 11.
- (D) 7.
- (E) 26.

49. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a

- (A) $\frac{3}{14}$.
- (B) $\frac{5}{28}$.
- (C) $\frac{1}{7}$.
- (D) $\frac{1}{14}$.
- (E) $\frac{3}{28}$.

50. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,

- (A) Miguel e João.
- (B) Miguel e Alberto.
- (C) João e Alberto.
- (D) João e Carlos.
- (E) Alberto e Carlos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

51. Para Niklas Luhmann, a “improbabilidade da comunicação” situa-se em três níveis fundamentais. São eles a
- (A) compreensão entre os interlocutores; a recepção das mensagens pelos receptores e a adoção pelo receptor do conteúdo seletivo comunicado.
 - (B) compreensão entre os interlocutores; a recepção das mensagens pelos receptores e a rejeição pelo receptor do conteúdo seletivo comunicado.
 - (C) compreensão entre os interlocutores; a falta de repertório comum entre os interlocutores e a rejeição pelo receptor do conteúdo seletivo comunicado.
 - (D) extensão geográfica de alcance da comunicação; a falta de repertório comum entre os interlocutores e a rejeição pelo receptor do conteúdo seletivo comunicado.
 - (E) extensão geográfica de alcance da comunicação; a falta de repertório comum entre os interlocutores e a adoção pelo receptor do conteúdo seletivo comunicado.
-
52. Entre as teorias do jornalismo, há uma que considera que as notícias são distorcidas, não por vontade dos jornalistas ou dos proprietários de veículos jornalísticos, mas porque elas refletem a realidade que é distorcida pelas próprias fontes entrevistadas pelos jornalistas. Essa teoria é chamada de Teoria
- (A) do Espelho.
 - (B) Organizacional.
 - (C) dos Definidores Primários.
 - (D) Unificadora.
 - (E) do *Newsmaking*.
-
53. O autor de **Capitalismo Parasitário** concorda com Jodi Dean quando este defende que *A comunicação funciona de maneira fetichista: como negação de uma desautorização ou castração política mais fundamental o fetiche tecnológico é ‘político’ possibilitando-nos continuar o resto de nossas vidas aliviados de culpa porque poderíamos não estar fazendo nossa parte, e seguros na crença de que somos, afinal de contas, cidadãos informados e engajados.....* Este trecho está no livro **Vida para consumo**, do sociólogo polonês
- (A) Karl Popper.
 - (B) Zygmunt Bauman.
 - (C) Herbert Marcuse.
 - (D) David Harvey.
 - (E) Günther Anders.
-
54. No dia 04 de fevereiro de 2014, a apresentadora Rachel Sheherazade noticiou, em rede nacional, que um grupo de rapazes, que se intitula “Justiceiros do Flamengo”, foi preso por espancar, torturar e acorrentar a um poste um adolescente acusado de furto. Todas as ações foram filmadas e divulgadas na internet. A apresentadora afirmou, na ocasião, que *num país que sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível*. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e sua Comissão de Ética divulgaram nota de repúdio à opinião de Sheherazade, afirmando que, entre outros preceitos, a jornalista contraria o Art. 7º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que determina que o jornalista não pode
- (A) ferir o estatuto da presunção de Inocência, em relação aos presos, que é um dos fundamentos da atividade jornalística.
 - (B) divulgar informações visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica.
 - (C) veicular informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrárias aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes.
 - (D) usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime.
 - (E) divulgar notícias obtidas de maneira inadequada, salvo aquelas que são de incontestável interesse público.
-
55. A Lei de Acesso à Informação é aplicável
- (A) a todas as empresas que prestam serviços para os contribuintes, quando contratadas pelo poder público.
 - (B) aos poderes Executivo e Legislativo. Não se aplica ao Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) a todos os órgãos da Administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, Judiciário e Ministério Público.
 - (D) a todas as entidades privadas sem fins lucrativos, com funcionamento devidamente autorizado pelo governo federal.
 - (E) a todos os municípios da nação brasileira.



56. A literatura jurídica registra que, desde 1988, alguns advogados e magistrados pregam a criação do instituto do *habeas mídia*, como Emenda Constitucional que, segundo os seus defensores, tem a finalidade de
- (A) proteger os jornais de todas as formas para que possam impedir que a liberdade de imprensa e de expressão sejam cerceadas pela ação de políticos e instituições públicas ou privadas que se sentem ameaçadas pela apuração de notícias que lhes digam respeito.
 - (B) manter a integridade física dos profissionais de imprensa que forem ameaçados por pessoas físicas ou jurídicas, no estrito exercício de suas funções de apurar informações para que se transformem em notícias.
 - (C) impedir que aos jornalistas seja negado o acesso às informações de todos os poderes da República, independentemente da classificação que tenham recebido das autoridades, de acordo com a Lei nº 12.527, de 18/11/2011.
 - (D) ser uma previsão normativa à proteção individual, coletiva ou difusa, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, que sofrerem ameaça ou lesão ao seu patrimônio jurídico indisponível, em razão de eventuais abusos cometidos pela mídia.
 - (E) reativar o Direito de Resposta que desapareceu com o fim da Lei nº 5.250/1967, que em seus artigos nºs 29 a 36 contemplava essa prerrogativa àqueles que sofressem danos morais praticados pela mídia.

57. No dia 10 de setembro de 2012, um conhecido jornalista das organizações Bandeirantes foi condenado a pagar 3 mil reais para um ex-diretor de Comunicação da Câmara dos Deputados por duas matérias divulgadas em 2008: uma que o acusava de proteger uma emissora de televisão concorrente e outra que criticava o diretor por impedir que repórteres do programa "CQC" entrassem na Câmara dos Deputados. O valor visava indenizar
- (A) crime de desacato à autoridade.
 - (B) danos morais.
 - (C) danos materiais.
 - (D) ataque à imunidade funcional.
 - (E) crime de desobediência civil.

58. Sobre as funções exercidas pelos jornalistas em empresas de comunicação, é correto afirmar que o
- (A) articulista é responsável pela matéria de fundo do jornal. Seu texto nunca é assinado.
 - (B) ensaísta é o autor de matéria sobre tema específico. Seu texto deve ser denso, e esgotar o assunto.
 - (C) editor chefe é o profissional que faz a conexão entre a presidência da emissora e o departamento de jornalismo.
 - (D) produtor de um telejornal é responsável pela coleta das imagens que irão ilustrar o texto.
 - (E) editorialista redige o ponto de vista do jornal sobre determinado assunto.

59. O direito de imagem encontra previsão legal na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, incluído, portanto, dentre os Direitos e Garantias Fundamentais. Esse direito é
- (A) renunciável pelos herdeiros.
 - (B) passível de renúncia pelo retratado.
 - (C) válido por 50 anos.
 - (D) indisponível.
 - (E) intransmissível.

60. *O questionamento de que existe um livre mercado de ideias, financiado pelos anunciantes, é feito por uma das teorias do jornalismo. Para os defensores dessa teoria, essa prática representa perda social aos leitores porque a regulamentação e o controle dos meios de comunicação estariam a serviço desses interesses mercadológicos e, por conta dessa subserviência os meios não teriam liberdade para a apuração e veiculação de notícias. Os teóricos dessa linha defendem que a imprensa deve ser livre e responsável por noticiar conteúdos de serviço público e essencial aos cidadãos, fiscalizando as ações do governo e instituições privadas.*

(Adaptado de: www.infoescola.com/jornalismo/teoria-da-imprensa)

Esse princípio é defendido pela Teoria

- (A) Libertária.
- (B) Autoritária.
- (C) da Responsabilidade Social.
- (D) Liberal.
- (E) do Comunismo.



61. O **Manual de Jornalismo da EBC** – Empresa Brasil de Comunicação *considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura.* Esse conceito, defendido pela empresa, tem relação com valores defendidos atualmente por um filósofo que entende que o espaço público é o lugar de formação das opiniões e das vontades públicas como legitimadores do poder. O nome desse filósofo, autor da **Teoria do Agir Comunicativo** é
- (A) Jürgen Habermas.
 - (B) Max Horkheimer.
 - (C) Michel Foucault
 - (D) Theodor W. Adorno.
 - (E) Ludwig Wittgenstein.
-
62. A atriz Maitê Proença pousou nua para a **Revista Playboy** e uma de suas fotos foi publicada em um jornal do Rio de Janeiro, sem a sua anuência. A artista ingressou com ação contra o jornal alegando que não havia recebido nenhum valor para que sua foto fosse estampada na edição do jornal, e que a foto nua a colocava em uma situação constrangedora porque os leitores da revista masculina não são os mesmos do jornal. O Tribunal entendeu que a artista tinha direito a receber remuneração porque a sua foto teria ampliado a venda do jornal, mas não aceitou o argumento de constrangimento porque *só mulher feia pode se sentir humilhada, constrangida, vexada em ver seu corpo desnudo estampado em jornais ou em revistas. As bonitas, não.* Neste caso, o Tribunal entendeu que só houve
- (A) dano moral.
 - (B) dano ao direito de intimidade.
 - (C) invasão de privacidade.
 - (D) quebra de sigilo.
 - (E) dano material.
-
63. Em fotojornalismo, a regra dos terços consiste em
- (A) dividir a cena captada pelo visor em três terços verticais e horizontais para determinar quatro pontos que serão os de maior interesse da imagem.
 - (B) decompor o cenário em três partes verticais, e escolher aquela que dá o melhor enquadramento para a obtenção da cena.
 - (C) decompor o cenário em três partes horizontais, e escolher aquela que dá o melhor enquadramento para a fotografia.
 - (D) fotografar a cena escolhida três vezes, do mesmo ponto de vista, com diferentes combinações de abertura e velocidade.
 - (E) fotografar o mesmo cenário três vezes para que as imagens consigam, se justapostas, completar uma visão de 180°.
-
64. As fotos obtidas com câmeras digitais têm alguns elementos importantes que podem ser editados para melhorar a qualidade da imagem. Entre esses elementos, pode-se interferir
- (A) no brilho que corresponde à diferença entre a região clara e escura.
 - (B) na saturação que se refere à percepção de uma cor na imagem.
 - (C) no contraste que corresponde à percepção de claridade das partes iluminadas e dos contornos.
 - (D) na latitude que corresponde à qualidade da imagem em representar com bastante intensidade os pormenores dela.
 - (E) na textura que é a margem de erro de super ou sub-exposição, que não altera significativamente a qualidade da imagem.
-
65. Em relação à técnica fotográfica, é correto afirmar que
- (A) a fotometria mede a luz incidente no motivo a ser fotografado.
 - (B) a exposição depende de três fatores: ISO, diafragma e velocidade do obturador.
 - (C) para fazer retratos é preferível usar aberturas grandes para aumentar a profundidade de campo.
 - (D) o flash é desnecessário quando se fotografa com uma luz de fundo, como o sol, por exemplo.
 - (E) os filtros de conversão são usados para neutralizar os efeitos da luz ultravioleta.
-
66. A obra de um jornalista é classificada como obra intelectual, portanto, está protegida pelo Direito Intelectual, que, segundo autores jurídicos, disciplina a relação entre a pessoa e sua criação, na área moral ou pecuniária. A obra intelectual tem a proteção do Executivo Federal, que fiscaliza por meio de organismos como o Conselho Nacional de Direitos Autorais; pode ter a ação do Poder Judiciário por danos morais e patrimoniais, como explicita a Lei nº 9.610/98, e na área criminal tem proteção desde os tempos do Império e permanece atualmente no código competente. Isto é, a obra intelectual goza de proteção em três esferas:
- (Adaptado de: www.baltazaradvogados.com.br/site/boletim-informativo/?id_boletimn=131)
- (A) administrativa, civil e comercial.
 - (B) administrativa, civil e penal.
 - (C) defesa do consumidor, penal e comercial.
 - (D) comercial, penal e civil.
 - (E) administrativa, civil e defesa do consumidor.



67. Em relação ao uso dos tipos gráficos, é correto afirmar que
- (A) os textos compostos sem cerifa são mais legíveis que os compostos com cerifa.
 - (B) a composição justificada é mais legível do que a composição com alinhamento à direita sem hifenação.
 - (C) os desenhados com hastes curtas, ascendentes e descendentes, são mais legíveis do que àqueles desenhados com hastes longas.
 - (D) as composições vazadas em branco com fundo preto de 90% são mais legíveis que as sobreimpressões de tipos pretos em fundo preto de 90%.
 - (E) o múltiplo principal ponto do sistema anglo-americano de medidas gráficas é chamado de cícero.
-
68. Um birô contratado pela ALEPE telefona para a o gabinete do Assistente de Comunicação Social informando que a mídia do jornal **Tribuna Parlamentar** está com o *arquivo fechado* e é necessário enviar outro porque as fotos estão salvas em *RGB*. Reclama ainda que o *boneco* que foi entregue com o pen-drive do jornal está com tamanho diferente da descrição constante no contrato. Avisa que o jornal vai atrasar um dia porque as chapas do *CTP* ainda não haviam chegado à gráfica. Por este motivo, o encarregado da pré-impressão poderia dirimir pessoalmente as dúvidas que foram informadas por telefone, em relação às anotações do *overlay*. O correto significado do que está em itálico é o seguinte:
- (A) *Boneco* é uma representação fiel do trabalho gráfico com todos os seus elementos distribuídos em páginas equivalentes às que serão impressas.
 - (B) *Arquivo fechado* é o arquivo nativo do aplicativo usado para finalizar o trabalho. Não garante que o conteúdo e a qualidade sejam preservados.
 - (C) *Overlay* é o processo de ampliação de pontos que interfere na reprodução da cor. A técnica é realizada no momento de processar o fotolito.
 - (D) *CTP* é um sistema de editoração eletrônica (*computer-to-plate*) ligado a um equipamento de cópias a laser que permite reproduzir um arquivo de dados diretamente na chapa impressora.
 - (E) *RGB* corresponde ao conjunto de cores primárias de impressão que constituem a imagem obtida com seleção substrativa.
-
69. A ALEPE aprovou a realização de uma campanha de arrecadação de roupas para distribuir aos necessitados no próximo inverno. Em contato com a diretoria de um Banco, ficou decidido que cada agência do estado entregaria aos seus clientes uma sacola de plástico ecológico com uma mensagem colorida impressa a respeito da campanha. Para imprimir a mensagem nas sacolas, o sistema de impressão mais adequado para o suporte, com menor custo, é o sistema
- (A) flexográfico.
 - (B) rotográfico.
 - (C) tipográfico.
 - (D) heliográfico.
 - (E) planográfico.
-
70. A Gestalt é uma teoria que estuda a forma e tem grande influência no processo de construção do espaço gráfico, e tem algumas leis básicas:
- (A) Semelhança é a tendência de formar unidades e grupos de objetos a partir da similaridade entre eles.
 - (B) Segregação corresponde à capacidade de unir o que está separado, para construir uma totalidade de elementos visuais.
 - (C) Unidade é a capacidade do ser humano de criar subgrupos em imagens ou espaços gráficos compostos de vários elementos.
 - (D) Proximidade é a criação de unidades pela aproximação visual de elementos distantes, mas com desenhos idênticos.
 - (E) Continuidade é a sensação de encerramento do conjunto visual pela complementação que uma figura faz da outra.
-
71. No dia 24 de setembro de 1989, a **Folha de S. Paulo** publicava, pela primeira vez, a coluna do *ombudsman*. O título da coluna era "Quando alguém é pago para defender o leitor", uma clara evidência de que se trata de um mecanismo para incentivar e aprimorar a interação do leitor com o jornal. De acordo com Caio Tulio Costa (***Ombudsman – O relógio de Pascal***) o *ombudsman*, entre suas funções, deve
- (A) aperfeiçoar a equidade, exatidão e responsabilidade do jornal.
 - (B) aumentar a venda de anúncios do periódico.
 - (C) alertar o Diretor da Redação sobre o desempenho de repórteres e redatores.
 - (D) encaminhar ao Departamento Jurídico todas as queixas a respeito de assinantes.
 - (E) sugerir ações punitivas aos repórteres que ferirem o Código de Ética da empresa.



72. O texto que tem as características de um *fait divers* é:
- (A) *Em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, 159 unidades de saúde receberão serviços de reforma, manutenção ou ampliação. Segundo Givaldo Freitas, secretário executivo de Edificações, até agora 41 unidades já receberam os serviços, o que contabiliza investimento de R\$ 1,5 milhão. (www.jaboatao.pe.gov.br)*
- (B) *O Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) publicou a primeira Convocatória dos Classificados da Lista de Espera do SiSU 2014 e começa nesta segunda-feira a fase de confirmação de interesse dos selecionados no curso para o qual foram selecionados. Serão preenchidas 195 vagas remanescentes, distribuídas nos campi Barreiros, Recife e Pesqueira. Todas elas com entrada no segundo semestre. (Diário de Pernambuco)*
- (C) *Um homem foi preso na manhã deste sábado (15) em Cabrobó, no sertão de Pernambuco, sob investigação de crime de estupro, conforme mandado expedido pela 2ª Vara das execuções penais do estado de Pernambuco. Ele foi conduzido à Delegacia da Polícia Civil da cidade e, em seguida, recolhido à Cadeia Pública, onde permanece à disposição da Justiça. (www.darciorabelo.com.br) (Jornal do Commercio)*
- (D) *A prefeitura, por meio da assessoria de imprensa, informou que não foi registrado nenhuma solicitação na central da Secretaria de Serviços Públicos, responsável pelo serviço de retirada [do defunto]. Destacou ainda que existe uma empresa específica para fazer o serviço e que ele, em geral, é feito no mesmo dia da solicitação. Informou também que uma equipe irá ainda neste domingo (16) ao local para levar o corpo. (Diário de Pernambuco)*
- (E) *A Polícia Civil de Pernambuco prendeu terça-feira, no Recife, um homem de 41 anos que tentava abrir uma conta bancária com falsa identidade. O mais insólito do caso é que o bilhete de identidade falsificado apresentava uma foto do ator norte-americano Jack Nicholson. (http://www.espbr.com)*

73. Em 7 de abril de 1908 Gustavo Lacerda criava uma instituição com a preocupação de assegurar à classe jornalística direitos assistenciais, além de tornar-se poderoso centro de ação para defender e orientar os profissionais da área. O seu fundador já imaginava um jornalismo livre da obrigação de gerar lucro e entendia que a missão social da classe seria informar bem a população brasileira. Essa entidade hoje é presidida por Maurício Azêdo e sua sigla é
- (A) ABERJE.
 (B) FENAJ.
 (C) ABERT.
 (D) ANJ.
 (E) ABI.

74. *A democratização do acesso fez bem à última edição da Festa Literária Internacional de Pernambuco – FLIPORTO, que pela primeira vez não cobrou ingresso para o seu congresso literário. Quem circulou por Olinda no feriadão da Proclamação da República pôde conferir o comparecimento de um público mais diversificado e curioso pela leitura.*

Este texto foi publicado, em 24.11.2013, no **Jornal do Commercio**. Não tem crédito de autoria. Pelas suas características trata-se de

- (A) uma crítica.
 (B) um ensaio.
 (C) um editorial.
 (D) uma reportagem.
 (E) um artigo.

75. Chaparro propõe que as matérias jornalísticas devem ser classificadas em dois gêneros: Relato e Comentário. As espécies narrativas do Relato, segundo o autor, são:
- (A) Reportagem, Entrevista, Notícia e Artigo.
 (B) Entrevista, Notícia, Coluna e Cartas.
 (C) Notícia, Coluna, Cartas e Artigo.
 (D) Notícia, Coluna, Entrevista e Artigo.
 (E) Reportagem, Notícia, Entrevista e Coluna.

76. *Para separar uma imagem colorida em amarelo, magenta e ciano é necessário fotografar o original três vezes, através de filtros da mesma cor das cores primárias aditivas: , Quando o original é fotografado através do filtro vermelho, o verde e o azul são absorvidos e o vermelho atravessa produzindo um negativo com os dados do Fazendo um positivo deste negativo obteremos um registro de tudo o que não é , ou, mais especificamente um registro do verde e do azul. O verde e o azul, como vimos anteriormente, combinam-se para produzir o ; temos, portanto, um registro do*

(CRAIG, James. **Produção Gráfica**. p. 108)

As cores que complementam o texto de James Craig são, respectivamente:

- (A) *vermelho - verde e azul - vermelho - vermelho - ciano - amarelo*
 (B) *amarelo - magenta e ciano - magenta - magenta - ciano - ciano*
 (C) *vermelho - ciano e amarelo - ciano - ciano - magenta - magenta*
 (D) *vermelho - verde e azul - vermelho - vermelho - ciano - ciano*
 (E) *amarelo - verde e ciano - magenta - magenta - amarelo - ciano*



77. Em **A transparência do mal**, Baudrillard escreve: *Sou um homem, sou uma máquina? Não há mais resposta para essa questão antropológica*. Essa frase consegue resumir a posição do filósofo em relação à tecnologia, que é de
- (A) um total descrédito sobre a importância das tecnologias de comunicação na vida moderna.
 - (B) subserviência aos poderes das máquinas que facilitam a vida da humanidade.
 - (C) não partilhar do otimismo relativo em relação à influências das novas tecnologias.
 - (D) entender que as novas tecnologias de comunicação interferem pouco nas relações humanas.
 - (E) ver o homem moderno como produto das novas tecnologias de comunicação.
-
78. Na etapa de produção dos fotolitos ou das chapas [para impressão colorida] as linhas de pontos têm de ser posicionadas nos ângulos corretos, caso contrário, podem ocorrer padrões de moiré. Os ângulos para a seleção das cores são os seguintes:
- (A) 0° - 15° - 30° - 45°.
 - (B) 15° (ou 105) - 45° - 75° - 90°.
 - (C) 0° - 10° - 20° - 30°.
 - (D) 105° - 15° - 45° - 90°.
 - (E) 15° (ou 105) - 35° - 55° - 75°.
-
79. Existem vários estudos sobre os valores-notícias e critérios de noticiabilidade. A maioria deles entende que para que um fato social seja considerado fato jornalístico, devem estar presentes, entre outros, os seguintes atributos:
- (A) seletividade, atualidade, continuidade, importância.
 - (B) proximidade, continuidade, empatia, conhecimento.
 - (C) proximidade, atualidade, empatia, importância.
 - (D) novidade, atualidade, continuidade, importância.
 - (E) conhecimento, atualidade, empatia, seletividade.
-
80. O título que encabeça uma anti-notícia:
- (A) Polícia afirma que não há nada de novo no caso do homicídio de Jaboatão
 - (B) Com ciúmes de ex-namorada biscateiro ataca homem com facão
 - (C) Assalto, tiros e correria no Centro do Recife
 - (D) Maior doadora de leite do Brasil deixa Quipapá
 - (E) Polícia pede paciência à comunidade do Papelão
-
81. Para Pierre Zémor, *o excesso de virtudes ou de indignidades atribuídas às formas publicitárias ou midiáticas da comunicação faz perder de vista as funções que, em uma democracia, são informativas, didáticas, respeitadas quanto ao debate contraditório e atenciosas no que se refere ao sentido coletivo*.
- Preenche corretamente a lacuna da frase acima:
- (A) da Comunicação Mercadológica
 - (B) da Comunicação Pública
 - (C) do jornalismo opinativo
 - (D) do jornalismo interpretativo
 - (E) da Comunicação Estatal
-
82. Herman e Chomsky afirmam que: 1) a estrutura de propriedade da mídia; 2) a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas de fontes governamentais e de fontes do mundo empresarial; 4) as ações punitivas dos poderosos; 5) a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana (Adaptado de: www.ec.ubi.pt/ec), são responsáveis
- (A) pelo descrédito da população no noticiário veiculado nos jornais.
 - (B) pela redução do interesse da população pelas notícias dos jornais.
 - (C) pela concentração dos veículos nas mãos de poucos empresários.
 - (D) pela submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista.
 - (E) pela transformação dos jornais em mídia de esclarecimento político.



83. Considere a figura abaixo.



(CRAIG, James. **Produção Gráfica**. p. 70)

É classificada, em técnica gráfica, como um original

- (A) de tom contínuo.
- (B) de meio-tom.
- (C) a traços.
- (D) de alta-luz.
- (E) rebatido.

84. A peça gráfica que utiliza a linguagem verbal, gráfica, esquemática e pictórica, com a finalidade de explicar algum fenômeno ou acontecimento é chamada de

- (A) infográfico.
- (B) carta.
- (C) mapa híbrido.
- (D) diagrama.
- (E) infotexto.

85. O jornal **The Washington Post**, em 18 de junho de 1972, publicou matéria apurada pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, sobre a participação de assessores do presidente Richard Nixon em espionagem política. O início da apuração foi por meio da informação de um funcionário do FBI que exigiu o anonimato e ganhou a alcunha de Garganta Profunda. Por conta da publicação da matéria dos dois jornalistas, o Senado Americano criou comissão para investigar o caso, que culminou com a renúncia do presidente e a posse do vice Gerald Ford. O caso ficou conhecido como escândalo Watergate e popularizou nas redações o jornalismo

- (A) investigativo.
- (B) de denúncia.
- (C) cidadão.
- (D) comunitário.
- (E) policial.

86. *Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente em fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público por meio da mídia.* (SCHMITZ, Aldo. **Classificação das fontes de notícias**)

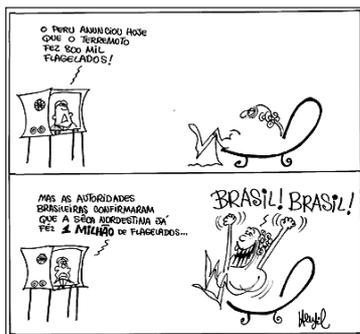
A fonte proativa

- (A) cria canais de rotinas e material de apoio à produção de notícia para agilizar e facilitar o trabalho do profissional de imprensa.
- (B) manifesta-se quando consultada pelos repórteres fornecendo as informações que são de interesse desses profissionais.
- (C) age em benefício de quem o contrata para impedir que os profissionais de jornalismo consigam informações que podem prejudicar o seu empregador.
- (D) tem notório saber e ajuda o jornalista a estabelecer conexões e analisar a complexidade do tema a ser noticiado.
- (E) oferece notícias prontas como forma de dar visibilidade ao fato jornalístico e neutralizar o julgamento de concorrentes ou adversários.



87. Indique a ilustração que é charge:

(A)



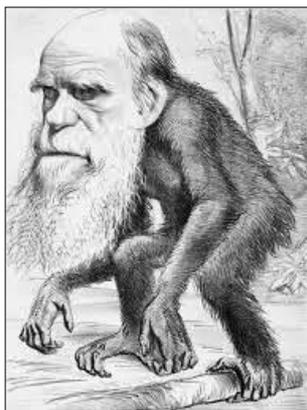
(<http://www.google.com.br/imgres?>)

(B)



(<https://www.google.com.br/>)

(C)



(<https://www.google.com.br/>)

(D)



(<http://www.alunosonline.com.br>)

(E)



(<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/meioambiente/tag/charge/>)



88. A **CNN**, depois de concluir que o iReporters foi uma boa solução, em março de 2011, lançou o Open Story para incrementar a colaboração dos usuários. No Open Story, os leitores são vistos como produtores de conteúdo e disseminadores do conteúdo produzido – seja por seus pares ou pelos jornais – como se fossem filtros da informação apurada. Os jornalistas atuam mais como cartógrafos da informação do que como gatekeepers.

(Adaptado de: www.herdeirosdocaos.wordpress.com)

O lançamento da emissora se insere no chamado Jornalismo

- (A) Popular.
- (B) Comunitário.
- (C) Colaborativo.
- (D) Democrático.
- (E) Alternativo.

89. Gaudêncio Torquato (**Tratado de Comunicação Organizacional e Política**, p. 34) afirma que existem quatro formas de comunicação nas organizações. São elas:

- (A) comunicação paralela, comunicação administrativa, comunicação social e sistemas integrativos.
- (B) comunicação cultural, comunicação paralela, comunicação pessoal e sistemas integrativos.
- (C) comunicação cultural, comunicação administrativa, comunicação social e sistemas de informação.
- (D) comunicação paralela, comunicação cultural, comunicação pessoal e sistemas de informação.
- (E) comunicação cultural, comunicação administrativa, comunicação pessoal e sistemas de informação.

90. A respeito dos grupos que se formam na sociedade, é correto afirmar que

- (A) a comunidade perdura para além do tempo de vida de qualquer um de seus membros.
- (B) a audiência caracteriza-se por apresentar grande interação entre os seus membros.
- (C) as massas podem ser integradas em organizações que buscam o interesse comum.
- (D) a multidão é um grupo organizado e duradouro, formada por indivíduos que têm valores comuns.
- (E) o público é constituído por um conjunto de pessoas, dispersas geograficamente, ligadas por um interesse comum.

91. A Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Pernambuco enviou ao Diário de Pernambuco um texto para ser publicado como informe aos munícipes. A ALEPE pagou o custo do espaço e a composição. Na lauda encaminhada ao jornal, foi marcado que o texto deveria ser em 14/21, para manter a identidade visual aprovada pelos profissionais do setor.

Essa marcação significa que 14 é

- (A) o corpo do tipo e 21 o corpo da linha.
- (B) o corpo do tipo e 21 é a largura da coluna.
- (C) a medida da coluna e 21 a altura da composição, em centímetros.
- (D) a entrelinha e 21 a largura da coluna.
- (E) o entrelinhamento e 21 o corpo do tipo.

92. **O Manual Geral da Redação da Folha** (Folha de S.Paulo) afirma que *definido o gancho, o jornalista procura a hipótese de trabalho de sua reportagem, que é principalmente um pretexto para a discussão prévia sobre os conteúdos possíveis de uma notícia e sua relevância social*. Esta regra admite que o jornalismo tem alto teor de

- (A) subjetividade.
- (B) generalização.
- (C) ambiguidade.
- (D) transparência.
- (E) objetividade.

93. O trabalho em uma assessoria de comunicação do serviço público está sujeito ao que está enunciado no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que determina que: a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio de

- (A) Legalidade, que pauta a gestão pública pelos princípios morais aceitos pela sociedade.
- (B) Impessoalidade, isto é, os atos de serviço público não fazem distinção entre as pessoas.
- (C) Moralidade, que se refere à transparência dos atos do serviço público.
- (D) Publicidade, que corresponde à gestão dentro de parâmetros de menor custo e maior qualidade.
- (E) Eficiência, ou seja, todas as atividades do serviço público devem ser feitas de acordo com o que prescreve a lei.

94. Para comemorar mais um ano de existência do “Café com Poesia”, que acontece mensalmente na Casa Joaquim Nabuco, a Assessoria de Comunicação da ALEPE preparou para a imprensa um box com um *press release* sobre o evento; um histórico desses encontros entre poetas e escritores pernambucanos com o público; um conjunto de fotos das doze edições do evento; uma pequena estatueta do busto de Joaquim Nabuco; um bloco de notas e uma caneta. Esse conjunto é chamado de

- (A) informe à imprensa.
- (B) *press kit*.
- (C) *press information*.
- (D) nota à imprensa.
- (E) nota de esclarecimento.



95. Segundo um manual editado pela FENAJ, em 2007, as Assessorias de Comunicação decorrem da ampliação das atividades das Assessorias de Imprensa nos últimos anos. Foram integrados ao meio, profissionais de áreas afins, formando uma equipe de assessores mais ágil e eficiente. A publicação afirma que essa configuração levou os assessores a atuarem em áreas estratégicas das empresas e surgiu a função de gestor da comunicação que é exercida pelo profissional de
- (A) Marketing.
 - (B) Administração.
 - (C) Relações Públicas.
 - (D) Publicidade e Propaganda.
 - (E) Jornalismo.
-
96. Um jornal sediado em São Paulo, em março de 1940, durante a vigência do Estado Novo, foi invadido e, sob a alegação de que haviam armas nas suas instalações, foi fechado. Reabriu pouco tempo depois sob a intervenção do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do governo ditatorial. Em 1945, por determinação do Supremo Tribunal Federal foi devolvido aos seus proprietários. Os números publicados sob a administração do DIP são desconsiderados em sua história, que começou em 4 de janeiro de 1875. Estes fatos pertencem ao jornal
- (A) Diário de S. Paulo.
 - (B) Folha de S. Paulo.
 - (C) O Estado de S. Paulo.
 - (D) Diário Popular.
 - (E) Jornal da Tarde.
-
97. O mais antigo periódico em circulação no Brasil e na América Latina, foi fundado em 7 de novembro de 1825 por Antonio José de Miranda Falcão, um tipógrafo de profissão. A primeira sede do periódico foi na sua própria casa. No seu primeiro número informava que o jornal circularia “todos os dias da Semana excepto os domingos”. Informava também que debaixo dos títulos de “Compras/vendas – Leilões – Alugueis – Arrendamentos – Aforamento – Roubos – Perdas – Achados – fugidas e Apreensões de escravos – Viagens – Afretamentos – Amas de leite etc tudo quanto disser respeito a taes artigos”. Esse jornal ainda circular sob o título
- (A) Folha de Pernambuco.
 - (B) Jornal do Commercio.
 - (C) Diário de Pernambuco.
 - (D) Tribuna de Pernambuco.
 - (E) Correio Sete Colinas.
-
98. Em setembro de 2013, o jornal **The Washington Post** oferecia espaço para anúncios disfarçados em artigos porque usam as mesmas fontes gráficas, estilos e tons das matérias verdadeiramente jornalísticas. Todas as peças, entretanto, viriam com o alerta “conteúdo gerado pelo patrocinador”. Esse tipo de publicidade é chamado de
- (A) *merchandising* impresso.
 - (B) publicidade nativa.
 - (C) anúncio incorporado.
 - (D) publicidade interativa.
 - (E) anúncio editorial.
-
99. De acordo com a Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002,
- (A) no Brasil, só podem ser proprietários de empresa jornalística os brasileiros natos e os brasileiros naturalizados há mais de 25 anos.
 - (B) pelo menos 70% do capital total e votante das empresas jornalísticas devem pertencer, direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
 - (C) a responsabilidade editorial é privativa de brasileiros natos ou naturalizados a mais de 20 anos, em qualquer meio de comunicação social.
 - (D) a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística é permitida desde que não exceda a 5% da totalidade de capital.
 - (E) a participação societária de estrangeiros no capital de empresa jornalística brasileira será apreciada e aprovada pelo Conselho de Comunicação Social.
-
100. A propriedade cruzada dos meios de comunicação
- (A) permite que a população tenha melhor qualidade de informação porque a empresa que administra vários meios consegue maior abrangência territorial de cobertura.
 - (B) é importante para a economia porque amplia o mercado de trabalho e incrementa a compra de equipamentos de alta tecnologia.
 - (C) facilita a cobertura jornalística porque cria condições econômicas e técnicas para que a informação seja plural.
 - (D) contraria a Constituição Federal que determina que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.
 - (E) atende o Capítulo V da Constituição Federal, porque há um artigo que garante que nenhuma lei conterá dispositivo que embarace a liberdade de informação.